



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MENOR PREÇO POR ITEM - SRP**

**FORNECIMENTO DE MÁQUINAS DE SOLDA TERMOFUSÃO, HIDRÔMETROS, CHAVES DE PARTIDA ELETRÔNICA SOFT STARTER, MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS, TRANSFORMADORES TRIFÁSICOS À OLEO E APARELHOS DE AR CONDICIONADO, VISANDO ATENDER DEMANDAS DOS PERÍMETROS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO, NO ESTADO DA BAHIA, SOB A GESTÃO DA 2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.**

**julho/2022**



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

**ÍNDICE**

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	6
3.	CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	7
4.	LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE .....	8
5.	DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS.....	8
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	8
7.	VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	9
8.	PROPOSTA.....	9
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	10
10.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	11
11.	PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS .....	11
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	11
13.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	11
14.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS .....	11
15.	FISCALIZAÇÃO.....	12
16.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	13
17.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	14
18.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	14
19.	GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS .....	15
20.	CONDIÇÕES GERAIS .....	15
21.	ANEXOS.....	15

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. Fornecimento de máquinas de solda termofusão, hidrômetros, chaves de partida eletrônica soft starter, motores elétricos trifásicos transformadores, trifásicos à óleo e aparelhos de ar condicionado, visando atender demandas dos perímetros públicos de irrigação, no estado da Bahia, sob a gestão da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, distribuídos em 42 (quarenta e dois) itens, conforme descrito abaixo:

Resumo dos Quantitativos			
Maquina de solda termofusão			
1	Maquina de solda termofusão de topo hidráulica para unir tubos e conexões em PEAD com unidade de controle manual, faixa de diâmetro 40 – 160 mm	un	3
2	Maquina de solda termofusão de topo hidráulica para unir tubos e conexões em PEAD com unidade de controle manual, faixa de diâmetro 90 – 315 mm	un	3
3	Maquina de solda termofusão de topo hidráulica para unir tubos e conexões em PEAD, com unidade de controle automática, faixa de diâmetro 315 – 630 mm	un	3
HIDROMETROS			
4	Hidrômetros, DN 80 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 40 \text{ m}^3/\text{h}$	un	180
5	Hidrômetros, DN 80 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 40 \text{ m}^3/\text{h}$ (cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP)- (Cota Principal Item 4).	un	20
6	Hidrômetros, DN 100 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 60 \text{ m}^3/\text{h}$	un	90
7	Hidrômetros, DN 100 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 60 \text{ m}^3/\text{h}$ (cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP)- (Cota Principal Item 6).	un	10
8	Hidrômetros, DN 150 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 150 \text{ m}^3/\text{h}$	un	90
9	Hidrômetros, DN 150 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 150 \text{ m}^3/\text{h}$ (cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP)- (Cota Principal Item 8).	un	10
10	Hidrômetros, DN 200 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 250 \text{ m}^3/\text{h}$	un	45
11	Hidrômetros, DN 200 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 250 \text{ m}^3/\text{h}$ (cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP)- (Cota Principal Item 10).	un	5
12	Hidrômetros, DN 250 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 1000 \text{ m}^3/\text{h}$	un	27



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

13	Hidrômetros, DN 250 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 1000 \text{ m}^3/\text{h}$ (cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP)- (Cota Principal Item 12).	un	3
14	Hidrômetros, DN 300 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 600 \text{ m}^3/\text{h}$	un	18
15	Hidrômetros, DN 300 mm, com turbina tangencial ao fluxo, vazão nominal $\geq 600 \text{ m}^3/\text{h}$ (cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP)- (Cota Principal Item 14).	un	2
<b>CHAVE DE PARTIDA ELETRÔNICA SOFT STARTER</b>			
16	Soft-Starter (Tensão/Corrente): 380 V / 130 A, contator de by-pass, IHM (exclusivo para ME ou EPP conforme disposto no art. 6º decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015)	un	3
17	Soft-Starter (Tensão/Corrente): 380 V / 171 A, contator de by-pass, IHM (exclusivo para ME ou EPP conforme disposto no art. 6º decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015)	un	3
18	Soft-Starter (Tensão/Corrente): 380 V / 200 A, contator de by-pass, IHM (exclusivo para ME ou EPP conforme disposto no art. 6º decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015)	un	3
19	Soft-Starter (Tensão/Corrente): 380 V / 255 A, contator de by-pass, IHM (exclusivo para ME ou EPP conforme disposto no art. 6º decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015)	un	3
20	Soft-Starter (Tensão/Corrente): 380 V / 312 A, contator de by-pass, IHM (exclusivo para ME ou EPP conforme disposto no art. 6º decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015)	un	3
<b>MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS</b>			
21	Motor elétrico de indução de gaiola trifásico de 75 CV, 4 polos, 380/220 V, regime de serviço S1, B3D, isolamento F, IPW55	un	3
22	Motor elétrico de indução de gaiola trifásico de 100 CV, 4 polos, 380/220 V, regime de serviço S1, B3D, isolamento F, IPW55	un	2
23	Motor elétrico de indução de gaiola trifásico de 125 CV, 4 polos, 380/220 V, regime de serviço S1, B3D, isolamento F, IPW55	un	2
24	Motor elétrico de indução de gaiola trifásico de 150 CV, 4 polos, 380/220 V, regime de serviço S1, B3D, isolamento F, IPW55	un	2
25	Motor elétrico de indução de gaiola trifásico de 175 CV, 4 polos, 380/220 V, regime de serviço S1, B3D, isolamento F, IPW55	un	2
26	Motor elétrico de indução de gaiola trifásico de 200 CV, 4 polos, 440/380/220 V, regime de serviço S1, B3D, isolamento F, IPW55	un	4
27	Motor elétrico de indução de gaiola trifásico de 200 CV, 4 polos, 440/380/220 V, regime de serviço S1, B3D, isolamento F, IPW55 (cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP)- (Cota Principal Item 26).	un	1



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

TRANSFORMADORES TRIFÁSICOS			
28	Transformador trifásico a óleo de 225 KVA, 13.800/380 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -6x0,6 KV, NBI 95KV	un	3
29	Transformador trifásico a óleo de 300 KVA, 13.800/380 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -6x0,6 KV, NBI 95KV	un	2
30	Transformador trifásico a óleo de 500 KVA, 13.800/380 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -6x0,6 KV, NBI 95KV	un	3
31	Transformador trifásico a óleo de 750 KVA, 13.800/380 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -6x0,6 KV, NBI 95KV	un	2
32	Transformador trifásico a óleo de 1000 KVA, 13.800/380 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -4x0,6 KV, NBI 95KV	un	1
33	Transformador trifásico a óleo de 1500 KVA, 13.800/380 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -4x0,6 KV, NBI 95KV	un	1
34	Transformador trifásico a óleo de 1500 KVA, 13.800/4.160 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -4x0,6 KV, NBI 95KV	un	1
AR CONDICIONADO SPLIT			
35	Ar condicionado split – 18.000 BTUs	un	36
36	Ar condicionado split – 18.000 BTUs <b>(cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP) - (Cota Principal Item 35).</b>	un	4
37	Ar condicionado split – 24.000 BTUs	un	27
38	Ar condicionado split – 24.000 BTUs <b>(cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP) - (Cota Principal Item 37).</b>	un	3
39	Ar condicionado split – 30.000 BTUs <b>(exclusivo para ME ou EPP conforme disposto no art. 6º decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015)</b>	un	10
40	Ar condicionado piso teto – 60.000 BTUs	un	9
41	Ar condicionado piso teto – 60.000 BTUs <b>(cota de ate 25% - Exclusivo para ME e EPP) - (Cota Principal Item 40).</b>	un	1
TRANSFORMADOR TRIFÁSICO			
42	Transformador trifásico a óleo de 112,5 KVA, 13.800/380/220 V, ONAN, Al-Al, Dyn1, TAPs -6x0,6 KV, NBI 95KV <b>(exclusivo para ME ou EPP conforme disposto no art. 6º decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015)</b>	un	2



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

1.1.2. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- a) Os Itens 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37 e 40 são abertos para participação de todas as empresas.
- b) Os Itens 5, 7, 9, 11, 13, 15, 27, 36, 38, 41 são cotas de até 25%, destinados para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Decreto 8.538/15, art. 8º);
- c) Os Itens 16, 17, 18, 19, 20, 39 e 42 são exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte conforme disposto no (Decreto 8.538/15, art. 6º);

1.1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538 de 2015.

## **2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES**

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**ÁREA DE GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS DE IRRIGAÇÃO** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos, objeto deste Termo de Referência.

**2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Bom Jesus da Lapa/BA, em cuja jurisdição territorial localiza-se os fornecimentos objeto deste Termo de Referência..

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site Compras Governamentais: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

**CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site Compras Governamentais: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo site do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP** - Documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

**MAPA DE RISCOS:** Documento elaborado para identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de contratação e das ações para controle, prevenção e mitigação dos impactos.

### **3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

#### **3.1. Critério de Julgamento: Menor Preço**

**3.2. MODO DE DISPUTA:** ABERTO, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 1,00 %, do valor de cada item, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto e relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

**3.3. Valor estimado:** Público.





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

**4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE**

- 4.1. Os bens objeto desta licitação, depois de contatados pela 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, deverão ser entregues em horário comercial, das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h, em dias úteis, de acordo com a conveniência da CODEVASF, em um dos seguintes locais:

**Bom Jesus da Lapa/BA**

**Local – 2ª Superintendência Regional da Codevasf**

**Endereço: Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, Bom Jesus da Lapa-BA - CEP 47.600-000**

- 4.2. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas à vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

- 4.3. O transporte, carga e descarga dos bens serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora, sem ônus para a CODEVASF.

**5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

- 5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de máquinas de solda termofusão, hidrômetros, chaves de partida eletrônica soft-starter, motores elétricos trifásicos, transformadores trifásicos a óleo e ar condicionado, conforme relacionados na planilha orçamentária para o local informado no item 4 deste Termo de Referência.

- 5.2. A descrição detalhada dos itens consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, e nas Especificações Técnicas – Anexo II e V deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.

- 5.2.1. Havendo divergência entre a descrição dos produtos no sistema gov.br/compras e a descrição contida na planilha orçamentária e especificação técnica, prevalecerá a contida na planilha orçamentária e especificação técnica.

- 5.3. A montagem dos equipamentos e a supervisão de montagem fazem parte do Escopo de Fornecimento.

- 5.4. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada via e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

A descarga dos equipamentos no local de entrega é de responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.

- 5.5. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

- 5.6. Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

**6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, fabricantes ou fornecedoras, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais, individuais, que atendam as exigências do TR e seus anexos, não se permitindo consórcios ou subcontratação.





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

6.2. As licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer, discriminados na Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas – Anexo II e V deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

### **6.3. CONSÓRCIO**

6.3.1. Não será permitida a participação de consórcio.

### **6.4. SUBCONTRATAÇÃO**

6.4.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

### **6.5. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

6.5.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, para os itens 16, 17, 18, 19, 20, 39 e 42 onde concorrerão de forma exclusiva e reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), quando for o caso (art. 48, inc. III – LC 147/2014) para os itens: 5, 7, 9, 11, 13, 15, 27, 36, 38, 41 onde concorrerão de forma exclusiva.

## **7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA**

7.3. O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do projeto.

7.3.1. Os custos de visita ao local onde serão entregues os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.3.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Unidade de Gestão dos Empreendimentos de Irrigação - 2ªGRI/UGE da CODEVASF, em Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, nos telefones: (77) 3481-8044.

## **8. PROPOSTA**

8.1. As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras.
- d) Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

- d1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
- d2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.

8.1.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.2. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.3. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações do licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outros licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, Anexo V deste Termo de Referência.

9.1.3. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a comprovação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação:
  - a1) Atestado de capacidade técnica, ou seja, atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove o fornecimento do item ao qual está concorrendo, em especificações iguais ou superiores, com tolerância de (+/-) 10% (por cento) em relação às unidades.
- b) O licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sob forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos itens objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
  - b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

b2) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, devem ser indicados claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;

9.1.4. Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela CODEVASF.

## **10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 4.931.522,64** (quatro milhões, novecentos e trinta e um mil, quinhentos e vinte e dois reais e sessenta e quatro centavos), mediante pesquisa de preços realizada no período de Março/2022 até Julho/2022 em conformidade com a Instrução Normativa nº. 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II deste termo de Referência.

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

11.1. O prazo máximo para fornecimento do objeto deste TR, por item, será de **120 (cento e vinte)** dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

11.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses conforme legislação vigente.

## **12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preços unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme legislação vigente:

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela.

## **13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

1.3.1. Os preços para estes fornecimentos serão fixos e irrevogáveis. Os preços somente poderão ser revistos em caso de desequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, que eleve o custo dos materiais e equipamentos registrados, ou em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, conforme Art. 17 do Decreto nº 7.892 de janeiro/2013 que revogou os Decretos 3.931/2001 e 4342/02 e alterado pelo Decreto nº 8250/2014, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço.

## **14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**

14.1. Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à Codevasf, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.

14.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

b1) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

14.2.1. Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

14.2.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

14.2.3. A Codevasf rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.

**14.3.** Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.

**14.4.** A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão, pela Codevasf, do Atestado de Capacidade Técnica;
- b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF).

**14.5.** Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.

**14.6.** O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela Codevasf sobre a execução do objeto contratado.

**14.7.** A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

## **15. FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** A gestão do contrato ou outro instrumento, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

**15.2.** A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

**15.3.** A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

**15.4.** A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à 2ª GRI (Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação), responsável pela execução do contrato.

**15.5.** Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

**15.6.** Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à 2ª GRI (Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação) da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

**15.7.** A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

**15.8.** Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.

## **16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**16.1.** O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**16.2** O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

**16.3** Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**2ª Superintendência Regional da CODEVASF**

contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

16.4 Caso a contratada seja detentora da norma ISO 14000, poderá apresentar certificação que substitua as exigências do item 16.2 e deve apresentar a adoção das práticas previstas nas normas, bem como o desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

## **17 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1 O licitante fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os itens e componentes fornecidos.

17.1.1 O licitante, para demonstrar confiabilidade dos itens a serem fornecidos, deverá apresentar uma ou mais declarações de fornecimento com as características técnicas mínimas solicitadas na comprovação de experiência específica exigida acima, apresentando o seguinte:

- Características do sistema de operação
- Local de instalação
- Nome e endereço do cliente

17.1.2 A confiabilidade dos equipamentos serão avaliada com base nas declarações sobre experiências de campo fornecidas junto com a proposta para equipamentos com as características técnicas mínimas as solicitadas no item.

17.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17.3 Após a assinatura dos contratos ou ordens de fornecimento, a contratada deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que os fabricantes das máquinas, possuem assistência técnica autorizada no âmbito do Estado da Bahia ou no Brasil.

## **18 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

18.1 Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

18.5 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

18.6 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.

18.7 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

**19 GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS**

19.1 O prazo e as condições de garantia constam no Anexo I, parte integrante deste Termo de Referência.

**20 CONDIÇÕES GERAIS**

20.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

20.2 Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos eventos listados no Anexo IV - MAPA DE RISCO, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, prestar esclarecimento sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

**21 ANEXOS**

21.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Planilha Orçamentária
- Anexo III – Modelo de Planilha de Preços (Proposta)
- Anexo IV – Mapa de Risco
- Anexo V – Especificações Técnicas





**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

ANEXO I

**JUSTIFICATIVAS**

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos bens a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui, depois de relacionadas passam a integrar o TR.

**Justificativas da necessidade da contratação:** Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).

**Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO e do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico considerando que se trata de bens comuns e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances verbais e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

Entende-se ser possível a realização da licitação na modalidade Pregão, com Sistema de Registro de Preços, porque não há como prever, no momento, o quantitativo exato a ser adquirido, existindo assim a possibilidade de contratações parceladas, à medida que forem sendo apresentados novos pedidos dos itens incluídos na presente licitação.

**Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):**

A área técnica não ver empecilho em prever no edital a autorização de adesões para qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não participe do certame licitatório, considerando os seguintes argumentos:

- Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar uma quantidade de item superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento, tanto na questão das vendas como no pós venda, com serviços de assistência técnica e venda de sobressalentes (peças, pneus, acessórios, etc.);
- A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeros fornecedores, aumentando assim a competitividade, e consequentemente a redução dos preços dos itens, já que os licitantes podem fornecer para diversos órgãos os itens licitados;
- Por outro lado, para os órgãos que pegam carona no SRP há inúmeras vantagens, dentro das quais podemos citar:
  - Agilidade no processo de compra, já que o mesmo não precisa realizar um processo licitatório, principalmente na aquisição de pequenas quantidades;
  - Às vezes, dependendo da necessidade e das condições orçamentárias, certos órgãos só têm condições de adquirir pequenas quantidades de itens, o que de certa forma, nas licitações desses órgãos, os preços ofertados pelos licitantes não são competitivos quando comparados aos de outros órgãos que licitam esses mesmos itens em quantidades bem superiores.



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

**Da divulgação da Intenção de Registro de Preços e permissão de adesões:** Somos favoráveis pela divulgação da Intenção de Registro de Preços e permissão de adesões, conforme previsto no Art. 4º do DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013.

**Permite Participação de Consórcios:** Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, motivo pelo qual não há justificativa plausível para a formação de consórcios.

**Permite Participação de Cooperativas:** Não será permitida a participação de cooperativas. Não é usual cooperativas fornecerem máquinas e equipamentos industriais, sendo que normalmente estes bens são adquiridos de fabricantes ou revendas autorizadas.

**Permite Subcontratação:** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação.

**Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens:** Proporcionar uma maior competição entre as empresas, obtendo a melhor proposta para a administração pública.

**Critério de Julgamento:** Menor preço por item. Justifica-se de modo a buscar o melhor preço para a administração pública (princípio da economicidade), destacando que foi previsto/especificado as condições mínimas para garantir a qualidade dos itens fornecidos.

**Sustentabilidade Ambiental:** Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

**Garantia do Objeto:** A garantia técnica de fábrica dos equipamentos deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, sem limite de tempo de uso, a contar da data do recebimento definitivo do bem. Caso a licitante ofereça produto com garantia de fábrica superior ao exigido no edital, prevalecerá a garantia do fabricante, por ser mais vantajoso para a administração pública.

**Garantia de Execução (caução):** É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:** O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente.

**Justificativa de reserva de cota de até 25% (vinte e cinco) por cento:** Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, não havendo prejuízo para o fornecimento, será permitida a cota de até 25% (vinte e cinco) por cento, conforme planilha de quantidades, anexa. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

**Justificativa de reserva conforme Decreto 8.538/2015 (art. 6º):** Considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens, não havendo prejuízo para o fornecimento, serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**Apresentação de amostras:** Para o escopo do fornecimento não é necessário a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

**Dos quantitativos a serem licitados:** Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).

**Da indicação do gestor da ATA:** Indica-se o Analista em Desenvolvimento Regional, ANDERSON MACHADO SANTOS, para gestor da Ata de Registro de Preços junto ao sistema COMPRASNET.



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

ANEXO II

**ESCOPO DE FORNECIMENTO**

**E**

**PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS ORÇADOS**  
(Gravado em CD)



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

ANEXO III

**MODELOS DE PLANILHAS DE PREÇOS**  
(PROPOSTA DE PREÇOS)  
(GRAVADOS EM ARQUIVOS SEPARADOS – EXCEL)



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

Anexo IV

## MAPA DE RISCO



**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

Anexo V

## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**